

Governança Corporativa no Setor Público e Privado no Contexto Brasileiro: a Produção e a Evolução Acadêmica em Dez Anos de Contribuições

Rejane Angélica de Andrade Hora
rejaneangelika@hotmail.com
FAMETRO

Oderlene Vieira de Oliveira
oderlene@unifor.br
UNIFOR

Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte
sergioforte@unifor.br
UNIFOR

Resumo: Com produção científica pulverizada em diferentes áreas, faz-se necessário estabelecer uma análise do conhecimento no tema Governança Corporativa com o intuito de nortear futuros estudos na área contábil. Embora já existam alguns trabalhos na academia com balanços da produção nesta área não se encontrou até então uma pesquisa que investigasse a produção e a evolução do tema “Governança Corporativa no Setor Público e Privado”, tendo como base os anais do EnANPAD, com foco nas oito variáveis em estudo. Para suprir essa lacuna, decidiu-se investigar a seguinte questão: Qual a produção e a evolução do tema Governança Corporativa no Setor Público e Privado no Brasil? Para tanto, foram analisados 48 artigos publicados no período de 2003 a 2012. Concluiu-se nesse estudo, de maneira geral, que a produção no tema Governança Corporativa tanto no setor público quanto privado ainda é inexpressiva e que não apresenta crescimento. Sendo que a área pública se apresentou ainda mais deficiente, à medida que se localizou somente um artigo produzido e publicado no período analisado.

Palavras Chave: Governança - Corporativa - Setor Público - Produção Científica - Setor Privado

INTRODUÇÃO

A produção acadêmica na área contábil no Brasil tem crescido continuamente nas duas últimas décadas. Junto com o crescimento veio também à motivação para se mapear esses trabalhos acadêmicos com o intuito, por exemplo, de verificar os indicadores, as tendências e os vieses. Assim, têm sido realizados vários estudos bibliométricos em temas como Contabilidade Pública, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Ambiental, Controladoria, e Governança Corporativa.

A temática Governança Corporativa (GC) que é fruto das grandes transformações econômicas, sociais e políticas observadas nas últimas décadas e que tem influenciado as organizações, tem sido uma das novas abordagens na área do conhecimento da contábeis (NASCIMENTO et al., 2009).

No Brasil, o movimento pela governança corporativa teve início em 1995, com a criação do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), que em 1999 passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Além da criação do IBGC, a efetividade daquela mobilização apoiou-se em iniciativas institucionais e governamentais, como a criação do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, a edição da Lei n. 10.303/01, que reformou a Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), e o lançamento da cartilha de Recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre governança corporativa, em 2002 (OLIVEIRA; FORTE, 2012).

A prática da boa governança trouxe segurança para os negócios, deixando-os menos expostos a riscos externos ou de gestão, no entanto, no momento da implantação é que se podem mostrar se elas são inexecutáveis ou fracassadas devido a práticas de gestão ineficazes. Fortalecendo competências para enfrentar complexidade em níveis renovados, ampliando as bases estratégicas da criação de valor, a governança corporativa é um fator de ligação ao harmonizar os interesses e, ao contribuir para que os resultados corporativos se tornem menos voláteis, aumentando a confiança dos investidores. O conceito de governança corporativa está, portanto, centrado em quatro valores – *fairness* (senso de justiça), *compliance* (conformidade legal), *accountability* (prestação responsável de contas) e *disclosure* (mais transparência) cujas exigências diferem consoante a natureza da organização em causa.

Encontram-se na literatura conceitos emergentes de governança em sentido amplo e em sentido estrito, que colaboram com um melhor entendimento da profunda mudança que está em curso nas corporações contemporâneas. Este conceito também está inserido no ambiente público (MARQUES, 2007).

A governança nas organizações públicas e privadas apresenta significativas similitudes. Levando-se em consideração que o setor público e o privado possuem focos específicos, observa-se que são comuns entre eles as questões que envolvem a separação entre propriedade e gestão, responsável pela geração dos problemas de agência; os instrumentos definidores de responsabilidades e poder; o acompanhamento e o incentivo na execução das políticas e objetivos definidos; entre outros. Verifica-se, em um sentido amplo, que os princípios básicos - transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas e conduta ética - que norteiam os rumos dos segmentos dos setores privado e público são idênticos (PEREIRA, 2010).

De acordo com Guimarães (2008) a governança é um conceito que se aplica na relação entre as partes, nos diferentes contextos e organizações. Para a diplomacia entre países há a governança internacional. Para o Estado, em seus diversos níveis de governo, está a governança pública ou organizacional. Para as empresas o enfoque é na governança corporativa.

A governança pública ou organizacional trata-se da dimensão da governança, cujo conceito, de formulação bastante recente, pode ser resumido como o conjunto das condições financeiras e administrativas de um governo para transformar em realidade as decisões que toma (PEREIRA, 1997).

Na literatura não existe uma diferença acentuada no uso dos termos “governança corporativa” e “governança organizacional”, os autores Fahy, Roche e Weiner (2005) destacam o conceito de governança organizacional para enfatizar o vínculo do conceito de governança com as dimensões operacionais do negócio (BUGARIM, 2012).

Embora já existam alguns trabalhos (BIANCHI; SILVA; GELATTI, 2009; MARTINS; HILDEBRAND; ZIVIANE, 2008; MURITIBA et al. 2010; NASCIMENTO et al., 2009; RIBEIRO; MURITIBA; MURITIBA, 2012) na academia com balanços da produção na área de Governança Corporativa, não se encontrou até então uma pesquisa que investigasse a produção e a evolução do tema “Governança Corporativa no Setor Público e Privado” nos anais do EnANPAD com foco nas oito variáveis em estudo. Para suprir essa lacuna, decidiu-se investigar a seguinte questão: Qual a produção e a evolução do tema governança corporativa no setor público e privado no Brasil?

O presente estudo objetivou investigar o tema mediante a análise de oito variáveis: 1) produção e evolução da governança corporativa no setor público e privado no Brasil; 2) autor e co-autor que mais publica no tema; 3) gênero desses autores e co-autores que mais publicam; 4) a instituição ao qual estão vinculados; 5) os autores mais citados; 6) a quantidade de referências provenientes de livros, de periódicos, anais, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e outros; 7) os periódicos mais referenciados; e 8) os anais mais referenciados.

Sendo o tema governança corporativa e organizacional emergentes na academia brasileira, entender como se deu o desenvolvimento desse campo teórico-empírico revela-se imprescindível, uma vez que se pode perceber o processo de aculturação e a essência do pensamento estratégico dos pesquisadores nacionais na área por meio das variáveis de análise e objeto do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

O conceito de governança corporativa envolve práticas e usos de direitos e deveres dentro das organizações, além de viabilizar a gestão de forma transparente e alinhada com a estratégia empresarial. A discussão sobre GC envolve a criação de mecanismos que assegurem que as decisões corporativas serão tomadas no melhor interesse dos investidores e demais *stakeholders* (ANDRADE; ROSSETTI, 2006).

Para Souza e Cândido (2009) o conceito de governança como é evidenciado nas definições, abrange atores governamentais e não governamentais que concordam que a aceitação de princípios, normas, regras e procedimentos justificam-se pelas vantagens advindas da cooperação. No entanto, apesar de estar sendo construído em bases sólidas e embora esteja sendo amplamente discutido, não se pode afirmar que o conceito de governança já esteja compreendido e internalizado e isso se deve a algumas limitações impostas principalmente por algumas razões, como: por se tratar de um tema ainda recente, pela sua abrangência e pela diversidade de modelos apresentados.

Os 4 valores da GC que funcionam como pilares para decisões de gestão empresarial são (IBGC, 2006): 1) Senso de justiça (*fairness*): diz respeito à equidade no tratamento dos

acionistas minoritários e majoritários em relação a aspectos como monitorar o aumento da riqueza corporativa, os resultados das operações, as práticas de gestão dos executivos e possuir presença ativa em assembleias gerais; 2) Transparência (*disclosure*): divulgação de forma igualitária das informações, em especial as de maior relevância e que impactam nos negócios e envolvem resultados, oportunidades e riscos; 3) Prestação de contas (*accountability*): a prestação responsável de contas deve ser fundamentada nas melhores práticas contábeis e estar de acordo com as auditorias; e 4) Conformidade legal (*compliance*): conformidade no cumprimento de normas reguladoras expressas nos estatutos sociais, regimes internos e nas instituições legais do país.

A prática da governança originou-se no mundo ocidental, tendo seus vínculos com as transformações que tem passado o sistema capitalista no decorrer de sua formação histórica e especialmente no último século. Como forma de reação aos oportunismos proporcionados pela ausência dos proprietários passivos, a governança corporativa desenvolveu-se como uma forma de inteligência organizada e passou a substituir o empreendedor franco-atirador e tornando-se o fator mais importante de sustentação do mundo corporativo.

Embora o termo governança corporativa tenha surgido nos Estados Unidos em 1991 (ANDRADE; ROSSETTI, 2009), sua origem data de 1932 nos escritos de Berle e Means acerca dos problemas decorrentes da separação entre a oportunidade e o controle gerencial. Têm-se também registros que datam de 1937 de Coase e de 1973, de Ross sobre o Conflito de Agência, em que estudaram as dificuldades de alinhamento entre os interesses de gestores e acionistas, e de Williamson (1985), referentes às teorias de custo da transação. Jansen e Meckling (1976) aprofundaram os estudos sobre a teoria da agência, Klein (1983) estudou a problemática dos contratos incompletos, e, posteriormente, Jensen e Meckling (1976) discutiram a inexistência do agente perfeito.

Em 1997 é aprovada a Lei 9.457, reformando a Lei das Sociedades Anônimas original (Lei 6.404/1976). A Lei revoga a Tag Along de 100% para ordinaristas, sendo considerado um retrocesso na questão do direito dos acionistas minoritários (DEWES, 2012).

Em maio de 1999 foi lançado o primeiro código brasileiro sobre governança corporativa, o “Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa” focado no conselho de administração. Essa é a primeira de quatro edições, tratando os mais diversos assuntos em governança, desde o foco no conselho de administração, passando pela gestão, ética, papel dos diferentes públicos-alvo da governança chegando até os novos temas provenientes do desenvolvimento do mercado de capitais e desdobramentos da crise econômica.

Em 2002, a CVM lança uma cartilha sobre governança intitulada “Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa”, trata-se de recomendações relativas a adoção de boas práticas de governança corporativa pelas companhias, observando os princípios da transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas (DEWES, 2012).

No ano de 2005 o IBGC completa 10 anos e lança o livro “Uma década de Governança Corporativa – História do IBGC, marcos e lições da experiência” e no ano de 2006 a bolsa de valores amplia regras para os níveis diferenciados de listagem (IBGC, 2012).

Já em 2009, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) lança a instrução 299, sobre ofertas públicas e rodízio de auditorias. Também lança a instrução 480, nome oficial daquela que ficou conhecida como ‘nova 202’, referência à principal norma reformada. A 480 revoga 16 instruções, 3 deliberações e altera, de alguma forma 28 normas de mercado, trazendo como uma das principais mudanças o aumento no nível de informações prestadas pelas companhias. Ainda em 2009 o IBGC lança a quarta versão do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2012).

O conhecimento desses modelos tem contribuído para ampliar a discussão sobre a governança para as demais organizações. Segundo uma abordagem mais ampla, a preocupação com a governança é fundamental também aos próprios governos (Fontes Filho, 2003).

2.2 GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

Governança organizacional é um termo que emergiu recentemente, oriundo da aplicabilidade da governança corporativa no setor público e sua definição não está livre de contestações. Isso porque tal definição gera ambiguidades entre áreas diferentes do conhecimento. As principais disciplinas que se dedicam a estudar esse assunto são as teorias do desenvolvimento, a administração privada, as ciências políticas e as relações internacionais. O termo governança denota pluralismo, no sentido que diferentes atores tem, ou deveriam ter, o direito e o dever de influenciar as políticas públicas, construindo mecanismos horizontais de colaboração para lidar com problemas transnacionais como tráfico de drogas, emergências ambientais (Secchi, 2009).

A governança pública tem implicância para que os governos sejam mais eficazes, visto o ambiente de economia global, atuando com capacidade máxima de gestão, respeitando as normas e valores de uma sociedade democrática.

Afirma Fontes Filho (2003):

A evidência de sucesso de novas práticas de gestão motiva outras organizações a replicarem essas práticas. Contudo, muitas vezes essa difusão ocorre sem que haja uma validação das premissas que sustentam o modelo, de uma avaliação criteriosa de seus benefícios ou resultados, ou ainda descontextualizada do ambiente sociocultural receptor. Esse fato ocorre hoje com o conjunto das práticas de governança corporativa.

No entanto, os modelos de práticas de governança corporativa foram desenvolvidos para atender a problemas específicos, em um contexto próprio, e diversas ressalvas devem ser consideradas quanto a sua generalização, principalmente ao ambiente das organizações não mercantilistas e de governo.

Mesmo com todo o aprofundamento nos debates a respeito de governança e suas boas práticas, o Brasil não tem ainda esse traço como característica marcante na gestão pública.

Questões de governança, tratando da administração pública, tem estado associados ao nível macro, incluindo gestão das políticas governamentais, aplicação do controle e exercício do poder. Seu significado, no entanto, vem ultrapassando a esfera operacional e incorporado aspectos da articulação dos diversos atores sociais e arranjos institucionais (Souza & Cândido, 2009).

A preocupação com a governança chegou aos órgãos governamentais, entendida como os padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico. O governo organizando a máquina do estado amplia os problemas de agência a um conjunto vasto de relações que vão desde as organizações ligadas a administração direta e indiretamente. Esses problemas são ampliados envolvendo questões que ultrapassam as possibilidades dos mecanismos para controlar esses problemas (Fontes Filho, 2003).

Segundo Rua (1997) a governança organizacional

compreende duas importantes capacidades: a financeira e a administrativa. A primeira refere-se à disponibilidade de recursos para realizar investimentos, assegurar a continuidade das políticas em andamento e introduzir novas políticas públicas. A segunda diz respeito à disponibilidade de quadros executivos, ao estilo de gestão e aos limites impostos à ação administrativa.

Em suma, pode-se entender a governança como sendo uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes (Kissler & Heidemann, 2006).

2.3 GOVERNANÇA NO SETOR PRIVADO *VERSUS* SETOR PÚBLICO

De acordo com Fontes Filho (2003), organizações públicas e privadas guardam semelhanças importantes no que diz respeito à governança corporativa. A separação entre propriedade e gestão, que gera os denominados problemas de agência, os mecanismos de definição de responsabilidades e poder, o acompanhamento e o incentivo na execução das políticas e objetivos definidos, por exemplo, são problemas comuns.

Barret em estudo publicado em 1997 (p. 3) explanava que não havia diferença entre os princípios que tratam da Governança Corporativa em organizações públicas ou privadas e dizia que para uma boa governança se tinha que ter definições claras de responsabilidade e entendimento amplo da relação entre os acionistas da organização e os encarregados de gerenciar seus recursos e entregar resultados. Já em estudo publicado em 2001 (p.12) o autor afirmou que, apesar de haver similaridades, é importante reconhecer as diferenças básicas entre estruturas administrativas das entidades do setor público e do privado, bem como entre seus *frameworks* de responsabilização (*accountability*).

Barret (2001) destacou que o ambiente político, com foco em verificações, contabilidade e sistema de valores que enfatizam questões éticas e códigos de conduta, implica um *framework* de Governança Corporativa completamente diferente daquele orientado a negócios, típico do setor privado.

Kickert (1997), Edwards (2002), bem como Giugliani (2011) reconhecem assim como Barret (2001) que existem diferenças entre governança no setor público e privado quando diz que no contexto do ambiente público, governança se apresenta a partir de um entendimento mais amplo do que o encontrado nas empresas e no mercado. Para Kickert, governança pública está relacionado à legalidade e à legitimidade, e não somente a uma questão de melhoria de eficiência e eficácia, em que a interação entre os contextos político e social representa o papel-chave, mais do que um (rígido) valor de mercado. Já Edwards sugere que governança, dentro deste âmbito, pode ser mais bem compreendida a partir dos elementos considerados para descrever a boa governança, como por exemplo: responsabilidade na prestação de contas, transparência, participação, administração de relacionamento e aspectos de eficiência e eficácia, conforme o contexto, o que é perfeitamente convergente com os princípios relacionados.

Para Marques (2007) o setor privado faz uso da governança corporativa para ser mais competitivo, enquanto o setor público utiliza para agregar um conjunto de processos que asseguram a prestação de contas dentro das organizações públicas.

O *International Federation of Accountants* (IFAC, 2001) aponta que a diferença está na prestação de contas. O setor privado deve prestar contas aos sócios e clientes, no setor público os gestores estão sujeitos a diversos mecanismos de controle, devendo prestar contas a vários *stakeholders* cada um com seu legítimo interesse, mas não necessariamente com qualquer direito de propriedade, como por exemplo, Ministros, o Parlamento, cidadãos, público em geral, dentre outros.

No domínio privado, a governança tem estado associada ao governo da empresa, às formas com que ela interage com as expectativas dos diversos stakeholders. O conceito de governança corporativa ou empresarial envolve questões relativas ao ativismo dos investidores, à relação dos proprietários e gestores, e aos mecanismos institucionais que conferem legitimidade à organização. No âmbito da administração pública as questões de governança, têm estado associadas principalmente à esfera macro, incluindo a gestão das políticas governamentais, o exercício de poder e o controle na sua aplicação. Seu significado, contudo, vem ultrapassando a dimensão operacional para incorporar aspectos da articulação dos mais diversos atores sociais e arranjos institucionais (SOUZA; CÂNDIDO, 2009).

Assim, a diferença da Governança Corporativa no setor público e privado não seria conceitual, mas estaria embutida na finalidade da adoção das boas práticas inerentes ao conceito. O objetivo no setor privado estaria na busca pelo resultado, e no setor público, a busca pela conformidade (RODRIGUES, 2010).

3 METODOLOGIA

Buscando atingir aos objetivos propostos utilizou-se no presente estudo de pesquisa descritiva (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, numa abordagem qualitativa (Minayo, 1999), fazendo uso de pesquisa documental (FACHIN, 2001), ou seja, de dados secundário (RICHARDSON, 1999), viabilizada por meio de análise bibliométrica (VANTI, 2002; ZHAO, 2006) da produção acadêmica pertinente ao tema Governança Corporativa.

De acordo com Zhao (2006) as análises da produção científica, das citações e dos conteúdos produzidos constituem objeto da bibliometria. Vanti (2002) explana que a bibliometria é um conjunto de métodos de pesquisa em constante evolução, desenvolvido pela Biblioteconomia e pelas Ciências da Informação que utiliza análises quantitativa, estatística e de visualização de dados fundamentalmente usado para mapear a estrutura do conhecimento de um campo científico, e, também, como uma ferramenta primária para a análise do comportamento dos pesquisadores em suas decisões na construção deste conhecimento.

Para a escolha da base de dados considerou-se a representatividade do EnANPAD, segundo o *Qualis* do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dessa forma, têm-se como base de dados os artigos publicados no EnANPAD no período de 2003 a 2012. Esse período se justifica pela decorrência do surgimento das primeiras iniciativas que marcaram a introdução das boas práticas de Governança Corporativa no Brasil, como por exemplo o lançamento em 2002 da cartilha de recomendações sobre Governança Corporativa pela CVM, bem como pela motivação de se levantar dez anos de pesquisa no tema.

Após a definição do EnANPAD para a coleta de dados, foi iniciada pesquisa nos artigos buscando-se inicialmente as palavras-chave “Governança”, “Governança Corporativa”, “Governança Organizacional”, “Governança Pública” nas divisões acadêmicas “Administração Pública e Gestão Social”, “Contabilidade”, “Estratégias em Organizações”, “Finanças e Contabilidade”, “Gestão Pública” e “Governança” localizadas não simultaneamente no título, no resumo, nas palavras-chave, na fundamentação teórico e/ou nas referências bibliográficas, resultando numa base inicial de dados contendo 76 artigos de um total de 1707.

Na segunda fase, foi feita leitura integral dos artigos selecionados, nessa momento foram descartados 28 (vinte e oito) por não tratarem do tema “Governança Corporativa”. Assim, o total de artigos analisados foi 48.

Após a seleção dos artigos, estes foram catalogados utilizando-se o Adobe, que dentre outras coisas organiza referências bibliográficas. Foi identificado nas referências bibliográficas desses artigos quem era(m) o(s) autor(es), co-autor(es), gênero do(s) autor(es), a instituição a qual estão vinculados, os autores mais citados, a quantidade de referências provenientes de livros, artigos de periódicos, anais, trabalhos de conclusão de curso(TCC), outros, os periódicos mais referenciados, além dos anais mais referenciados. A utilização do Adobe foi para quantificar quantas vezes cada autor, co-autor, periódico e anais foram citados. Para organizar os dados utilizou-se do *software* MS Excel.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Na Tabela 1 consta a produção e a evolução do tema governança corporativa no setor público e privado no EnANPAD. Numa primeira análise, é visível a ausência de pesquisas até o ano de 2004 e o lento crescimento nos últimos oito anos.

Na percepção de Muritiba et al. (2010) a baixa publicação de um modo geral no início do ano 2000 pode ser em decorrência do surgimento nesse mesmo período das primeiras iniciativas que marcaram a introdução das boas práticas de Governança Corporativa no Brasil, como por exemplo, o lançamento em 2000 pela Bovespa dos segmentos especiais de listagem: nível 1 e 2 e Novo Mercado, e em 2002 com o lançamento da cartilha de recomendações sobre Governança Corporativa pela CVM, que vieram a impulsionar a publicação no tema poucos anos depois.

Tabela 1: Distribuição quantitativa e proporcional dos artigos sobre governança corporativa no período de 2003 a 2012 nos anais do EnANPAD

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Quant.	0	0	8	10	8	4	3	6	3	6	48
%	0	0	16,7	20,8	16,7	8,2	6,3	12,5	6,3	12,5	100
											%

Fonte: dados da pesquisa.

O tema passou a ser abordado no EnANPAD somente a partir de 2005, na divisão acadêmica Finanças e Contabilidade. Nesse ano foram publicados 08 (oito) trabalhos divididos entre os 04 (quatro) temas que compõem essa divisão, são eles: Contabilidade para Usuários Externos; Contabilidade Gerencial e Controladoria; Mercados: Financeiro, Acionário e Risco; e Finanças Corporativas.

De 2005 para 2006 se observa um crescimento, mas que já em 2007 regride. De 2008 a 2012 a publicação se apresentou menor que os anos iniciais e oscilou para mais ou para menos em todos os anos. Esse comportamento vai de encontro às pesquisas realizadas em outros temas, como por exemplo, Recursos Humanos (TONELLI; CALDAS, 2004) e VBR e Capacidades Dinâmicas (LINDENBERG; FORTE; OLIVEIRA, 2010), em que se verificou uma tendência progressiva no crescimento das publicações nos Encontros da ANPAD.

Cabe destacar que dos 48 artigos analisados apenas um versava sobre governança no setor público.

Na Tabela 2 se registra um aspecto interessante em relação à característica da produção que diz respeito à autoria dos trabalhos. Dos 48 trabalhos selecionados, apenas dois não foram elaborados em parceria com outros autores, 18 figuram na condição de dois autores, 15 com três autores e 13 com quatro autores. Evidenciam-se assim redes e parcerias entre autores, na medida em que mais autores publicam em conjunto. A colaboração entre autores vem sendo vista internacionalmente como um dos indicadores de qualidade da pesquisa, principalmente

em temas interdisciplinares (SUBRAMANYAM, 1983), como é o caso da governança corporativa.

Tabela 2: Total de autores por artigo

Ano	Autoria (primeiro autor)	Có-autoria (demais autores)	Total
2012	Izabela Raquel	Hans Michael van Bellen	2
	Antonio Thadeu Mattos da Luz	Marcelo Sanches Pagliarussi	2
	André Aroldo Freitas de Moura	Sylvia Rejane Magalhães Domingos	2
	Antonio G. de Arruda Lorenzi	Eduardo Damião da Silva e Wesley Vieira da Silva	3
	Marcelle Colares Oliveira	Silvio R. Almeida; Rodrigo Stefe e Glauber F. S. N. Cunha	4
	Henrique Cesar Melo Ribeiro	Benny K. Costa; Manuel P. Ferreira; Bernardo P. C. Serra	4
2011	Margarida Maria S. Rodrigues	Reynaldo Maia Muniz	2
	Eliandro Schvirck	Valdirene Gasparetto	2
	Silvio Parodi Oliveira Camilo	Rosilene Marcon e Rodrigo Bandeira-de-Melo	3
	Vera Maria Rodrigues Ponte	Marcelle C. Oliveira; Oderlene V. Oliveira e Lindenberg A. Aragão	4
2010	Laise Ferraz Correia	Pascal Louvet	2
	Thobias Bassotto Zani	Francisco Antonio Mesquita Zanini; João Zani	3
	Fábio Viana de Moura	Graciela Mendes Ribeiro Reis; Joseilton Silveira da Rocha	3
	Rafaela Módolo de Pinho	Laiz Teixeira Pontes; Bruno Funchal	3
	Laise Ferraz Correia	Hudson Fernandes Amaral; Pascal Louvet	3
2009	Marcelo A. da Silva Macedo	Luiz João Corrar	2
	Márcia Bianchi	Carolina Vianna da Silva; Rosemary Gelatti	3
	Damiana Torres	Adriano L. Bruni; Miguel A. Rivera-Castro; Antonio L. Martinez	4
	Alexandre Pompeu dos Santos		1
2008	Joaquim do Santos Barros	Márcia Martins Mendes De Luca; Marcelle Colares Oliveira; Marcus Vinícius Veras Machado	4
	Francisco Alberto Severo de Almeida	Isak Kruglianskas; Silvio Aparecido dos Santos; Antonio Teodoro Ribeiro Guimarães	4
	Romualdo Douglas Colauto	Paulo Savaget Nascimento; Bruna Camargos Avelino; Oscar Neto de Almeida Bispo	4
2007	Daniel Siqueira Pitta Marques	André Lucirton Costa	2
	Carlos Henrique Kitagawa	Maisa de Souza Ribeiro	2
	Rodrigo de Souza Gonçalves	Elionor Farah J. Weffort; Andrea de Oliveira Gonçalves	3
	Márcia Bianchi	Carla Wanchholz; Lucila José Moreira	3
	Antonio José B. das Neves	Victor G. e Silva; José Elias F. de Almeida; Fábio Goldner	4
	Carlos Henrique Kitagawa	Carlos Roberto Godoy; Andrei Aparecido de Albuquerque; Flávio Leonel de Carvalho	4
	Paula Carolina Ciampaglia Nardi	Ricardo Luiz Menezes da Silva; Evandro Marco Saidel Ribeiro; Sílvia Hiroshi Nakao	4
	Zilda A. Soares de Araujo	Elisabete S. Siqueira; Erlaine Binotto; Flavio Jose Simioni	4
2006	Wesley Mendes-da-Silva		1
	Gizele Martins Ramos	Antonio Lopo Martinez	2
	Daniel Siqueira Pitta Marques	André Lucirton Costa	2
	Marcos Antônio de Camargos	Francisco Vidal Barbosa	2
	Jéferson de Araújo Funchal	Paulo Renato Soares Terra	2
	Ricardo Ratner Rochman	William Eid Jr	2
	Vinícius Aversari Martins	Ricardo Luiz Menezes da Silva; Paula C. Ciampaglia Nardi	3
	Pablo Rogers	Kárem Cristina de Sousa Ribeiro; José Roberto Securato	3
	Ana Paula Lanzana	Alexandre Di Miceli da Silveira; Rubens Famá	3
	Ricardo Lopes Cardoso	André Carlos Busanelli de Aquino; José Elias Feres de Almeida; Antonio José Barbosa das Neves	4
2005	Mara Jane Contrera Malacrida	Marina Mitijo Yamamoto	2
	Mônica Mansur Brandão	Patrícia Bernardes	2
	Pablo Rogers	Kárem Cristina de Sousa Ribeiro; Almir Ferreira de Sousa	2
	Wesley Mendes-da-Silva	Letícia Queiroz de Melo	2
	Auster Moreira Nascimento	Márcia Bianchi; Paulo Renato Soares Terra	3
	Alexandre Di Miceli da Silveira	Lucas Ayres Barreira de Campos Barros e Rubens Famá	3
	Janete Lara de O. Bertucci	Patrícia Bernardes e Mônica Mansur Brandão	3
	Fernanda F. Cordeiro Perobelli	Alexandre Di Miceli da Silveira; Lucas Ayres Barreira de Campos Barros; Flávio Dias Rocha	4
Total			136

Fonte: dados da pesquisa.

Uma segunda observação na Tabela 2 é que não se tem uma frequência de publicação por autor, ou seja, as autorias mudam no decorrer dos anos.

Tabela 3: Instituição do primeiro autor

Instituição dos autores	Quant.	%
Universidade de São Paulo (USP)	6	12,5
Fundação Inst. Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)	4	8,3
Fundação Getúlio Vargas - SP	3	6,3
Universidade Federal do Ceará (UFC)	3	6,3
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	2	4,2
Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras	2	4,2
Universidade Federal de Minas Gerais	2	4,2
Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Gestão e Negócios	2	4,2
Universidade Federal do Paraná	2	4,2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2	4,2
Alliance Capital Latin America	1	2,1
Faculdades IBMEC de Minas Gerais.	1	2,1
Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR)	1	2,1
Fundação Mineira de Educação e Cultura	1	2,1
Instituto Atalia de Desenvolvimento (IADe).	1	2,1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	1	2,1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1	2,1
Pontifícia Universidade Católica do PR	1	2,1
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	1	2,1
Universidade de Santa Catarina	1	2,1
Universidade do Extremo Sul Catarinense	1	2,1
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1	2,1
Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Educação a Distância.	1	2,1
Universidade Estadual de Montes Claros	1	2,1
Universidade Federal de Juiz de Fora, FEA	1	2,1
Universidade Federal de Santa Catarina	1	2,1
Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP	1	2,1
Universidade Nove de Julho	1	2,1
Universidade Presbiteriana Mackenzie	1	2,1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1	2,1
Total	48	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação à instituição do primeiro autor se observa na Tabela 3 que a Universidade de São Paulo (USP) é a principal referência sobre o tema, ou seja, a região Sudeste apresentou-se com maior destaque. Cabe também destacar a região Nordeste com a presença da Universidade Federal do Ceará (UFC) na terceira posição juntamente com a Fundação Getúlio Vargas – SP.

Quanto ao gênero dos autores e co-autores dos artigos analisados observa-se na Tabela 4 que os 48 artigos analisados foram escritos por 136 autores, sendo 45 do gênero feminino e 91 do gênero masculino, o que representa 66,9% das autorias, evidenciando assim uma

predominância masculina nos estudos sobre governança corporativa. Esses dados corroboram os achados de estudo semelhante no tema governança corporativa, em que se observou uma predominância de 70,8% do sexo masculino em comparação ao feminino (Bianchi, Silva, & Gelatti, 2009).

Tabela 4: **Gênero dos autores e co-autores dos artigos**

Gênero	Total	%
Masculino	91	66,9
Feminino	45	33,1
	136	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação ao referencial teórico, os artigos foram levantados e classificados de duas formas: classificação dos autores mais citados (Tabela 5) e classificação das obras mais citadas (Tabela 6).

Tabela 5: Autores mais citados nos artigos

Item	Autores	Quant.	Item	AUTORES	QUANT.
1	Jensen, M. C.	120	14	Silveira, A. M.	29
2	Tobin, J. A.	117	15	Andrade, A.	28
3	Silva, A. L. C.	79	16	Chen, Y.	26
4	Meckling, W. H.	74	17	Nanda, D.	26
5	Silveira, A. DI M. DA	53	18	Wysocki, P. D.	26
6	Shleifer, A.	51	19	Famá, E. F.	25
7	Vishny, R.	48	20	Carvalho, A. G. DE	25
8	La Porta, R. ET AL.	38	21	Pfeffer, J.	24
9	Leuz, C.	36	22	Berle, A. A.	21
10	Assaf Neto, A.	30	23	Means, G. C.	21
11	Lopes, A. B.	30	24	Williamson, O. E.	20
12	Leal, R. P. C.	30	25	Black, B. S.	20
13	Mendes-Da-Silva, W.	29	26	Demais	3028
Subtotal 1		735	Subtotal 1		3319
Total (1+2) = 4054					

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 5 pouco acrescentam ao já observado em pesquisas anteriores não só no tema objeto de pesquisa, mas também em outros temas, em que os precursores tendem a serem os mais citados. Conforme se observa os precursores da Governança Corporativa, ou seja, Jensen, Meckling, e Williamson, que deram vida a uma teoria que estava adormecida desde os escritos de Berle e Means no ano 1932, e que aos poucos foi sendo aprimorada com as contribuições teóricas dos que vieram depois, são os autores que figuram entre os mais citados. No total foram citados 1061 autores, sendo que 1034 estão em “demais” na Tabela 5. Estes 1034 autores foram referenciados entre 1 e 19 vezes.

Tabela 6: Total de referências por artigos veículo de publicação

Artigos de periódicos	Livros	Artigos de anais (eventos, congressos, encontros)	TCC	Outros	Total
621	367	100	70	254	1412
44%	26%	7%	5%	18%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 6 evidencia as fontes utilizadas – se livros, artigos de periódicos ou anais, Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) ou outra fonte. Observa-se que 51% são artigos, sendo 44% de periódicos e 7% de anais, 26% são de livros, 5% de TCC e que 18% se referem a outros tipos de veículos de publicações, como por exemplo, órgãos governamentais e Leis.

O total de citações por artigo por si só não revela a qualidade da base pesquisada, é necessário que sejam avaliadas as fontes citadas para que se possa compreender qual é o embasamento dos artigos acadêmicos na área de GC publicados nos EnANPAD. Para tanto, foi realizada uma análise mais aprofundada dos artigos, conforme exposto nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7: Periódicos mais referenciados

Periódico	Quant.	%
Journal of Financial Economics	65	10,5%
Revista de Administração	50	8,1%
Journal of Political Economy	22	3,5%
Strategic Management Journal	21	3,4%
Academy of Management Review	20	3,2%
Journal of Business Ethics	20	3,2%
The Accounting Review	18	2,9%
Revista do BNDES	16	2,6%
The Journal of Finance	15	2,4%
Journal of Financial and Quantitative Analysis	13	2,1%
Corporate Governance: An International Review	12	1,9%
Journal of Accounting and Economics	12	1,9%
Revista de Administração da USP	12	1,9%
Academy of Management Journal	11	1,8%
Harvard Business Review	9	1,4%
Revista de Administração de Empresas	9	1,4%
American Economic Review	8	1,3%
Journal of Economics	8	1,3%
Journal of Management	8	1,3%
Public Administration	8	1,3%
Quarterly Journal of Economics	8	1,3%
European Accounting Review	7	1,1%
Accounting and Finance	6	1,0%
Journal of Law and Economics	6	1,0%
Journal of Management Studies	6	1,0%
Journal of Management Studies	6	1,0%
The Economic Journal	6	1,0%
Accounting Horizons	5	0,8%
Journal of Accounting and Public Policy	5	0,8%
Journal of Small Business Management	5	0,8%
Revista Capital Aberto	5	0,8%
Outros	199	32,0%
Total	621	100,0%

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 7 que os periódicos internacionais foram mais referenciados que os nacionais, o que pode indicar uma tendência dos autores em procurar um maior rigor na seleção dos artigos que referenciam. Os três periódicos mais citados são: Journal of Financial Economics, Revista de Administração e Journal of Political Economy. Ressalta-se que mesmo os periódicos mais citados têm uma representatividade pequena no total. Em outros constam 131 periódicos que foram referenciados de 1 a 4 vezes.

Tabela 8: Anais mais referenciados nos artigos dispostos por ano de publicação

ANAIS	Total	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
EnANPAD	59	5	15	3	9	18	2	4	3
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	13	2	4	4	2	1			
El Consejo Latinoamericano de Escuela de Administración – CLADEA	6	5	1						
Encontro Brasileiro de Finanças	5	2	1	1					1
Congresso Internacional del CLAD	2			1	1				
European Accounting Association Conference	1		1						
10ª Semana de Contabilidade - Banco do Brasil	1								1
Annual Meeting of the Academy of Management	1							1	
Asian-Pacific Conference on International Accounting Issues	1		1						
Conference on Financial Economics and Accounting	1		1						
Conferência Interamericana de Contabilidade	1				1				
Annual Conference on Financial Economics and Accounting	1		1						
Congresso Brasileiro de Governança Corporativa	1	1							
Congresso IAAER - Anpcont	1							1	
Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul	1				1				
Financial Management Association Annual Meeting	1		1						
International Symposium on Ethics, Business and Society	1			1					
Oxford Business & Economics Conference	1								1
The 2000 Business Strategy and the Environment Conference	1		1						
The Business Association of Latin American Studies Annual Conference	1			1					
Total	100	15	27	11	14	19	2	6	6

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação aos artigos de congressos, se verifica, conforme Tabela 8, que o EnANPAD é o encontro mais citado, com 59 trabalhos referenciados, seguido do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. O inverso das referências dos periódicos, os anais nacionais foram os mais referenciados e representam mais de 80% do total.

5 CONCLUSÃO

Quanto às principais diferenças da governança corporativa para as organizações públicas e privadas se pode perceber que não seria tanto conceitual, mas sim embutida na finalidade da adoção das boas práticas inerentes ao conceito. O objetivo no setor privado estaria na busca pelo resultado, e no setor público, a busca pela conformidade.

Evidenciou-se, a partir dos dados obtidos sobre a produção de artigos no tema Governança Corporativa no setor público e privado nos anais do EnANPAD, que a publicação na área é inexpressiva e não apresenta crescimento e também que a distribuição da produção

nos anos de 2003 a 2012 não tem padrão regular, isto é, a publicação é variável ao longo do período.

Em relação à característica da produção que diz respeito à autoria evidenciaram-se redes e parcerias entre autores, na medida em que mais autores publicam em conjunto. Cabendo destacar a ausência de frequência de publicação por autor no decorrer dos anos. Esses autores são em sua maioria do gênero masculino (66,9%) e quando observado somente o primeiro autor a Universidade de São Paulo (USP) foi tida como a principal referência.

Quanto ao referencial teórico, no que diz respeito aos autores mais citados os dados pouco acrescenta na medida em que acompanham a tendência que é os precursores constarem como os mais citados.

No que diz respeito às referências houve uma predominância de artigos, sendo 44% de periódicos e 7% de anais. Cabendo destacar que os periódicos internacionais qualificados foram mais referenciados que os nacionais, o que pode indicar uma tendência dos autores em procurar um maior rigor na seleção dos artigos que referenciam, tendo como base as regras ditadas pela academia. Em relação aos artigos de congresso o EnANPAD é o encontro mais citado, com 59 trabalhos referenciados, seguido do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

Concluiu-se nesse estudo, de maneira geral, que a produção e publicação no tema Governança Corporativa tanto no setor público quanto privado ainda é inexpressiva e que não apresenta crescimento. Sendo que a área pública se apresentou ainda mais deficiente, a medida que se localizou somente um artigo produzido e publicado nos anais do EnANPAD, no período de 2003 a 2012.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se estabelecer comparações com estudos realizados em outros anais, como por exemplo, o Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP que possam revelar com mais precisão como está à produção acadêmica no tema Governança Corporativa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARAGÃO, Lindenberg, A., FORTE, Sérgio H. A. C.; OLIVEIRA, Oderlene V. de. Visão Baseada em Recursos e Capacidades Dinâmicas no Contexto Brasileiro: a produção e evolução acadêmica em dez anos de contribuições. *REAd*, v.16, n.2, 2010.
- BARRETT, Pat. *Corporate Governance and Accountability for Performance*. SEMINAR BY IPAA AND ASCPAS. CANBERRA. 1997. Disponível em:
<http://anao.gov.au/uploads/documents/Corporate_Governance_and_Accountability_for_Performance.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2012.
- BARRET, Pat. *Corporate Governance – More than Good Management*. CPA SOUTH AUSTRALIA ANNUAL CONGRESS. 2001. Disponível em:
<http://anao.gov.au/uploads/documents/Corporate_Governance_More_than_Good_Management.pdf>. Acesso em: 01. Nov. 2012.
- BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. *The Modern Corporation and Private Property*. New York: Harcourt, Brace & World, 1932
- BIANCHI, Márcia; SILVA, Carolina V. da; GELATTI, Rosemary. A evolução e o perfil da governança corporativa no Brasil: um levantamento da produção científica do enanpadentre 1999-2008. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXIII, São Paulo. *Anais...* São Paulo/SP: ANPAD, 2009.

- BUGARIM, M. C. C. *Desenvolvimento e Gestão de Programas de Capacitação Mediados por Tecnologia*: proposição de um arcabouço teórico no âmbito da Governança Corporativa. 2012. 280 f. Florianópolis. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFCS, 2012.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. *Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- COASE, R. H. The nature of the firm. *Econômica*, v.4, n.16, p.386-405, 1937.
- CVM. Comissão de Valores Mobiliários. 2012. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 30 maio 2012.
- DERENUSSON, Maria S. R. *Governança em Ciência e Tecnologia*: os Fundos Setoriais. 2004. 140 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Sustentável) - Curso de Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- DEWES, Fabio. *A Governança Corporativa na Gestão das Companhias*: estudo de caso em uma instituição financeira de controle estatal. 2012. 157f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis)-Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma: UNESC, 2012.
- EDWARDS, Meredith. Public sector governance – future issues for Australia. *Journal of Public Administration*, v.61, n.2, 2002.
- FACHIN, Odília. *Fundamentos de Metodologia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FAHY, M.; ROCHE, J.; WEINER, A. *Beyond Governance, Creating Corporate Value through Performance, Conformance and Responsibility*. John Wiley & Sons, 2005.
- FONTES FILHO, Joaquim R. *Governança organizacional aplicada ao setor público*. Panamá: CLAD. 2003. Disponível em: <<http://institutopublix.com.br/docs/governanca-setor.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2012.
- GATES, Roger; MCDANIEL, Carl. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Thomson, 2004.
- GIL, Antonio C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIUGLIANI, Eduardo. *Modelos de Governança para Parques Científicos e Tecnológicos no Brasil*. 2011. 310 f. Tese (Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2011.
- GUIMARÃES, Luciano S. R. *Governança no terceiro setor*: estudo descritivo-exploratório do comportamento de conselhos curadores de fundações empresariais no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Linha do tempo*. 2012. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/LinhaTempo.aspx>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- JENSEN, M.; MECKLING W. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v.3, n.4, p.305-360, 1976.
- KICKERT, Walter J. M. Public governance in the Netherlands: in the alternative to angloamerican ‘managerialism’. *Public Administration*, v.75, p.731-752, 1997.
- KISSLER, Leo, & Heidemann, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Rev. Adm.Pública [online]*, v.40, n.3, p.479-499, 2006.
- KLEIN, B. Contracting cost and residual claims: the separation of ownership and control. *Journal of Law & Economics*, v.26, 1983.
- MARQUES, Maria da C. da C. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. *Rev. adm. contemp. [online]*, v.11, n.2, p.11-26, 2007.
- MARTINS, H. C.; HILDEBRAND, D. F. N.; ZIVIANI, Fabrício. Governança corporativa: um estudo da produção científica da Anpad no período de 2000 a 2007. In: XXXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. *Anais Eletrônicos...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008.
- MARTINS, Humberto F.; MARINI, Caio. *Um guia de governança para resultados na administração pública*. Brasília: Publix, 2010, 256 p.

- MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria e método e criatividade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MURITIBA, S. N. et al. Governança corporativa no Brasil: uma análise bibliométrica das publicações dos últimos doze anos. In: XIII SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 2010, São Paulo. *Anais Eletrônicos...* São Paulo: FEA/USP, 2010.
- NASCIMENTO, J. P. B. et al. Governança Corporativa em Foco: uma análise na produção científica dos anais e periódicos da Universidade de São Paulo. In: SIMPÓSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA - SEGET, VI, Resende. *Anais...* Resende/RJ: SEGET, 2009.
- OLIVEIRA, Oderlene V. de; FORTE, Sérgio H. A. C. Benefícios da Implementação de Melhores Práticas de Governança Corporativa In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO E CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE ESTRATÉGIA - ELBE 2012, IV e I., 2012, Lisboa. *Anais...*Lisboa, Portugal, 2012.
- PEREIRA, Bresser L. C. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle, *Cadernos da MARE*, n.1, 1997.
- PEREIRA, José M. A Governança Corporativa aplicada no setor público brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v.2, n.1, p.109-134, 2010.
- Rezende, Flávio da C. (2009). Desafios gerenciais para a reconfiguração da administração burocrática Brasileira. *Sociologias [online]*. (21), 344-365.
- RIBEIRO, H. C. M.; MURITIBA, S. N.; MURITIBA, P. M. (2012). Perfil e crescimento dos temas “Governança Corporativa” e “Estratégia”: uma análise dos últimos 11 anos nos periódicos da área de administração no Brasil. *Gestão & Regionalidade*, v.28, n.82, 2012.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- RODRIGUES, José G. L. *Diretrizes para Implantação da Governança de TI no Setor Público Brasileiro à Luz da Teoria Institucional*. 2010. 169f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação)-Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, 2010.
- ROSS, Stephen. The Economic Theory of Agency: the principal’s problem. *American Economic Association*, v.63, n.2, p.134-139, 1973.
- RUA, Maria das G. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. *Revista do Serviço Público*, n.3, ano 48, 1997.
- Secchi, Leonardo. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Rev. Adm. Pública*, 43(2), 347-369.
- SOUZA, Sandra Maria A. de S.; CÂNDIDO, Gesinaldo A. Relações entre as formas de governança de arranjos produtivos com a competitividade e o desenvolvimento local sustentável. *Revista Gestão Industrial*, Paraná, v.5, n.1, p.161-187, 2009.
- SUBRAMANYAM, K. Bibliometric studies of research collaboration: a review. *Journal of Information Science*, v.6, n.1, p.33-38, 1983.
- TONELLI, Maria J.; CALDAS, Miguel P. Produção Acadêmica em Recursos Humanos na Década de 90: uma análise metateórica da pesquisa brasileira em periódicos e nos anais do EnANPAD. *Relatório de Pesquisa*, n.21, FGV-EAESP/ GVPesquisa, 2004.
- VANTI, N.A.P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.2, p.152-162, maio/ago. 2002.
- WILLIAMSON, Oliver E. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: The Free Press, 1985.
- ZHAO, L. How Library Used E- Resources – an analysis of citation in CCQ. *Cataloging and Classification Quarterly*, v.42, n.1, p.117-131, 2006.